

PAINEL I

Políticas de EDS – Perspetivas Nacionais e Internacionais

Moderadora: Maria Emília Brederode Santos

Maria Emília Brederode Santos¹

Então muito bom dia a todos. Em primeiro lugar gostava de agradecer à senhora presidente do Conselho Nacional de Educação, doutora Ana Maria Bettencourt, o convite para estar aqui. Gostava de saudar também o senhor embaixador Fernando Andresen Guimarães, presidente da Comissão Nacional da UNESCO, que tem tido um papel tão importante no lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Saudar os senhores diretores regionais dos Açores e da Madeira, os senhores conselheiros e os senhores convidados.

Tive de facto, como recordou a senhora presidente, o prazer de fazer parte do grupo de relatores que redigiu um parecer do CNE, o parecer n.º 4 de 2009, sobre a proposta da Estratégia Nacional sobre Educação para o Desenvolvimento (ENED), 2005-2015. Estar aqui é, portanto, uma maneira de continuar a acompanhar este importante projeto, que como já foi dito, e foi dito também no parecer que eu vou citar: vem “...ao encontro das responsabilidades internacionais de Portugal, constituindo um contributo para a concretização de recomendações e compromissos assumidos, designadamente no quadro da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, e de recomendações sobre a importância da Educação para a Cidadania Global.”

Gostava de saudar também os meus companheiros de mesa, companheiras e companheiro, que já passarei a apresentar. E recordar que acabámos de ver uma exposição de *posters* de escolas e centros educativos extremamente interessante, organizada pelo doutor Manuel Gomes, que é o “expoente hiperativo” desta área, e que é muito reveladora da qualidade que o trabalho nas escolas pode ter e da sua importância, para a qual também o senhor embaixador já nos tinha alertado.

Recordo, ainda, a forma como a senhora presidente Ana Maria Bettencourt terminou a sua locução dizendo que “é fundamental que a

¹ Conselho Nacional de Educação

escola promova a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, para que crianças e jovens adquiram novos hábitos, seduzam os pais para novas práticas”. Sabemos como isso tem acontecido: é das áreas em que é mais clara a influência da geração mais nova sobre a geração mais velha. Esperamos que estas crianças e jovens sejam, no futuro, cidadãos críticos e ativos no combate aos atropelos ambientais e na construção de um mundo mais sustentável e solidário.

Vamos passar agora ao nosso painel da manhã. Temos um percalço muito aborrecido, a professora Daniella Tilbury que começaria esta sessão, adoeceu e não pode estar presente. Lamentamos muito mas teremos, em compensação, mais tempo para as nossas convidadas, para as suas intervenções e, seguidamente, para o comentário e para o debate.

Apresentando-as muito brevemente: tenho à minha esquerda, a doutora Maria Inês Carvalho Rosa, que é vice-presidente do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) desde 2004; e entre as competências que lhe estão confiadas encontram-se justamente o acompanhamento do apoio às organizações da sociedade civil e a educação para o desenvolvimento.

A doutora Maria Inês Carvalho Rosa nasceu no Senegal, é licenciada em Economia e desde 1983 tem vindo a trabalhar em matérias relacionadas com políticas comunitárias e cooperação para o desenvolvimento. Vai falar-nos do teor e do processo de elaboração da ENED, que tem tido o apoio do IPAD. A estratégia compreende fundamentalmente dois documentos, que estão disponíveis *online*, e certamente dos quais nos falará; um documento de orientação e um plano de ação.

A doutora Luísa Schmidt participou num número da Noesis dedicado à Educação para o Desenvolvimento Sustentável, e é à sua entrevista nesse número que vou buscar as palavras da Dr.^a Teresa Fonseca e da Dr.^a Helena Skapinakis para a apresentar: “... atualmente é investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e

o seu percurso profissional levou-a anteriormente a trabalhar na comunicação e na publicidade, tendo, na década de oitenta, abraçado a causa da defesa do consumidor. No início dos anos noventa, com lixeiras a proliferar, rios poluídos e desordenamento do território, os grupos ambientais passaram a ter uma grande visibilidade e trouxeram para a ribalta esta realidade chocante. Atenta ao que a rodeava, os interesses de Luísa Schmidt desviaram-se do consumo para o ambiente. Hoje, como conceito de desenvolvimento sustentável, considera que cada vez mais as diferentes áreas em que tem trabalhado se entrecruzam”, afirmando, em jeito de conclusão, “afinal o que está em causa é o atual modelo de consumo.”

Foi, também, a coordenadora do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano de Aplicação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal.

Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento

Maria Inês Rosa¹

Muito obrigada, bom dia a todos. Queria em primeiro lugar agradecer em nome do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e do seu presidente, o Professor Manuel Correia, o convite que nos endereçaram para estar aqui hoje presente e saudar o Conselho Nacional de Educação pelo sentido de oportunidade evidenciado na organização do presente seminário, e pela perceção da relevância crescente que, quer a educação para o desenvolvimento sustentável, quer a educação para o desenvolvimento, têm vindo a assumir.

Queria também sublinhar como especialmente relevante o papel que o Conselho Nacional de Educação tem vindo a assumir no seguimento da elaboração e implementação da ENED, nomeadamente em momentos-chave. E digamos que, numa nota especial, através da emissão de um parecer prévio que incidiu sobre os objetivos e medidas diretamente relacionadas com a dimensão educativa da ENED.

Antes de entrar propriamente na explicação do processo da elaboração da estratégia e na explicação da própria estratégia, gostaria de convidar os presentes para a quarta edição dos Dias do Desenvolvimento que vai acontecer nos próximos dias 5 e 6 de Maio de 2011. Os Dias do Desenvolvimento desta vez vão ter lugar no ISCTE, e vão constituir uma amostra do que é a cooperação para o desenvolvimento, a cooperação para o desenvolvimento portuguesa, a favor de um desenvolvimento sustentável global e justo.

Nestes Dias do Desenvolvimento vão estar representadas inúmeras entidades com *stands* individuais a mostrar o seu trabalho nesta área da cooperação, e vai estar também muito em foco aquilo que é o objetivo central da cooperação para o desenvolvimento que é a prossecução dos

¹ Vice-Presidente do IPAD

Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, que aqui já foram referidos; e a prossecução do desenvolvimento sustentável a nível global.

A ENED que inclui um documento de orientação e um plano de ação (disponíveis *on line* no *site* do IPAD), e constitui no fundo um corolário de um longo processo que começou em 2008; um processo inovador em que diferentes instituições públicas e organizações da sociedade civil trabalharam mano a mano, em conjunto, para produzir esta estratégia e este plano de ação.

Foi no seguimento das orientações do Conselho de Ministros em que foi estabelecido que a Educação para o Desenvolvimento era uma prioridade política da cooperação, que foi possível lançar este processo. Esta resolução do Conselho de Ministros de novembro de 2005 estabeleceu a Educação para o Desenvolvimento como uma prioridade e passou a estipular de uma forma inequívoca que é fundamental criar conhecimento e sensibilizar a opinião pública portuguesa para as temáticas da cooperação internacional e para a participação ativa na cidadania global.

Note-se que o documento que foi aprovado em Conselho de Ministros nessa altura prevê ainda, de forma clara e inequívoca, que é importante que a Educação para o Desenvolvimento seja incorporada progressivamente nos currículos escolares, à semelhança do que acontece em vários outros países europeus; de modo a que a educação formal reflita e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais.

Na Estratégia de Cooperação diz-se igualmente que a coordenação com o Ministério da Educação em matérias de Educação para o Desenvolvimento é fundamental. A esse propósito é interessante assinalar que a Finlândia é um dos países onde essa coordenação se afigura mais intensa e frutuosa. Aliás, o departamento do Ministério da Educação responsável pelo acompanhamento das questões, iniciativas e projetos de Educação para o Desenvolvimento e de Educação para a Cidadania Global, é também aquele que tem vindo a fazer o seguimento do Relatório PISA da OCDE. A Finlândia é justamente um dos países que tem vindo a lograr

melhores resultados neste estudo, e em que a educação para a cidadania global está melhor casada, digamos assim, com os programas de educação.

Na sequência destas orientações estratégicas adotadas em Portugal, e de um seminário que teve lugar em 2008, o Secretário de Estado João Gomes Cravinho, que já aqui esteve hoje de manhã, destacou a necessidade de consolidação de uma Estratégia de Educação para o Desenvolvimento e convidou todos os atores relevantes a trabalharem com a cooperação portuguesa nesse sentido. Foi esse trabalho a que demos início e que veio a envolver muita gente.

Foi, ainda, neste quadro que em novembro de 2009 foi aprovado o documento orientador da ENED por Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e de Estado Adjunto e da Educação.

Ora relativamente ao processo e ao conteúdo dos documentos importa salientar três aspetos:

- O processo de elaboração e entidades envolvidas;
- a estrutura do documento e os objetivos do documento;
- e a particular natureza e o modo de aprovação do plano de ação através da subscrição de um protocolo.

Com o processo pretendeu-se elaborar uma estratégia para cinco anos que cobre o período de 2010 a 2015, e que seja passível de monitorização regular e de revisões intermédias, assentes na apropriação por parte de diferentes atores nacionais.

Este processo deu origem ao documento orientador aprovado por despacho, e a um plano de ação que, em 22 de abril de 2010, foi objeto de subscrição através de protocolo assinado publicamente por catorze representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil por ocasião dos Dias do Desenvolvimento do ano passado (2010).

A elaboração da Estratégia foi apoiada por dois grupos de trabalho, contando com o apoio de uma equipa redatora da Universidade de Coimbra e do Global Education Network Europe (GENE). Diga-se que o GENE é uma rede europeia que promove o intercâmbio de boas práticas no domínio da educação para o desenvolvimento, educação global e educação para a cidadania global.

O primeiro grupo de trabalho, no fundo o núcleo, teve como funções a mobilização dos atores relevantes, o planeamento e o desenvolvimento de reuniões com o grupo de trabalho 2, mais alargado, e a discussão e integração dos contributos de outras entidades. Além disso, foi responsável pela definição da estrutura do documento, pela definição e estabelecimento de objetivos e medidas da estratégia e pela discussão e revisão dos documentos elaborados pela equipa redatora. Este grupo, o grupo 1, foi constituído pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o Ministério da Educação através da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e o CIDAC, enquanto membro do GENE.

Por seu lado o grupo 2 teve como atribuições a contribuição para uma Oficina de Definição Conceptual e a apresentação de comentários e sugestões ao longo das inúmeras reuniões de trabalho em que foi sendo desenvolvida a Estratégia. Diga-se que a escolha das organizações constituintes deste segundo grupo se deveu às suas diversas áreas de intervenção, com instituições da área do ambiente, do diálogo intercultural, do género, da educação. Juntaram-se todos à volta deste trabalho.

Este último grupo mais alargado foi assim constituído pela Agência Portuguesa do Ambiente, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Instituto Português da Juventude, a Comissão Nacional da UNESCO, aqui representado pelo Senhor Embaixador, o Conselho Nacional da Juventude, a Comissão Nacional Justiça e Paz, a Confederação das Associações de Defesa do Ambiente, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação de

Professores para a Educação Intercultural e o Conselho Nacional de Educação.

Para além de todas estas entidades foi entretanto também envolvida no processo a Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação. Foram realizadas ainda consultas com outras entidades fora deste leque já por si bastante diversificado, nomeadamente no quadro do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento.

A estrutura do documento de orientação estratégica compreende cinco secções:

- a explicitação da metodologia e processo de elaboração;
- o enquadramento institucional a nível nacional e a nível internacional;
- a delimitação conceptual do que é que a Educação para o Desenvolvimento;
- a apresentação dos princípios, objetivos, áreas de intervenção e medidas que constitui de certa forma o âmago do documento;
- e a descrição dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das referidas medidas.

O objetivo geral da Estratégia consiste em promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a ação orientada para a transformação social. Julgo que foi esta a frase que o senhor Secretário de Estado também já referiu no início da sua intervenção.

Importa aqui destacar que mais do que sensibilizar a opinião pública para as questões do desenvolvimento e da cooperação para o desenvolvimento, se trata de contribuir para a criação de uma verdadeira

consciência de cidadania global, em particular através de processos de aprendizagem perspectivados para o longo prazo.

Foram definidos quatro objetivos específicos que correspondem às quatro áreas de atuação sistematizadas, a saber:

- a capacitação e o diálogo institucional;
- a educação formal;
- a educação não-formal;
- e a sensibilização e influência política.

Note-se que cada uma dessas áreas corresponde a um conjunto de medidas, objeto de devida concretização no referido plano de ação, que já aqui referi, e nos sucessivos planos anuais.

De acordo com o objectivo1, que corresponde à área de capacitação e de diálogo institucional, a estratégia confere prioridade à convergência de esforços para a promoção da capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes, enquanto atores de Educação para o Desenvolvimento, através de dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

Segundo o objetivo específico 2, que corresponde à área de educação formal, pretende-se promover a consolidação da Educação para o Desenvolvimento no sector da educação formal, em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas. E aqui começando pela formação inicial de professores, também.

No quadro deste objetivo, deve enfatizar-se a participação da Educação para o Desenvolvimento vir a ser cada vez mais trabalhada nos estabelecimentos de ensino, no quadro da Educação para a Cidadania e da Educação para a Cidadania Global. O parecer prévio que o Conselho

Nacional de Educação proferiu a propósito do documento orientador da ENED é assaz eloquente quanto a este ponto.

No que se refere ao objetivo 3, que diz respeito à educação não-formal, trata-se fundamentalmente de promover o reforço da Educação para o Desenvolvimento, como o termo diz, na educação não-formal, contemplando a participação de outros grupos da sociedade portuguesa. Importa constatar que é este atualmente o campo privilegiado de atuação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal sobretudo por via da ação das organizações não-governamentais para o desenvolvimento que, desde 2005, têm vindo a ser apoiados projetos através de uma linha de cofinanciamento específica gerida pelo IPAD para a área de Educação para o Desenvolvimento.

O objetivo específico 4, que corresponde à área de sensibilização e de influência política, dirige-se a quem tem poderes de decisão (político, económico, religioso, de meios de comunicação, etc.).

Trata-se de afastar o recurso a mensagens simplistas e à promoção de atos isolados e sem enquadramento, procurando-se projetar para o longo prazo os efeitos e impactos das ações.

O plano de ação adotado tem em conta o objetivo geral, os objetivos específicos e as medidas consagradas no documento de orientação aprovado por despacho, e define fundamentalmente um conjunto articulado de tipologias de atividades, com as respetivas metas, que serão concretizadas em planos de atividades anuais. Não é um documento muito extenso, mas sim um documento muito curto, muito sucinto, só com as áreas de atividades e as referidas metas a serem alcançadas.

O plano prevê ainda a realização das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento e do Fórum de Educação para o Desenvolvimento. Trata-se de iniciativas anuais, de carácter estruturante e transversal, que têm em vista contribuir para o conjunto dos objetivos da estratégia, juntando atores, promovendo a troca de experiências, aprofundando a reflexão, cimentando o caminho percorrido, identificando o que falta ainda fazer.

Quanto ao modo de aprovação, é importante sublinhar a forma encontrada para consensualizar o plano de ação: através do protocolo subscrito por catorze instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração da estratégia. Aqui prevaleceu o critério de se fortalecer a coerência entre a forma e o conteúdo, sendo a participação um dos princípios organizadores da estratégia, do seu processo de elaboração e das próprias ações de Educação para o Desenvolvimento, importava encontrar uma forma adequada que fizesse justiça a essa ideia primordial.

Note-se finalmente que o documento de orientação para a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento foi ainda concebido como um instrumento, ele próprio, de Educação para o Desenvolvimento. Isso significa que poderá ser utilizado por todos aqueles que trabalham ou pretendem trabalhar neste domínio.

Para concluir, gostaria uma vez mais de agradecer o convite para estar aqui presente, em nome do IPAD e apelar a todos os presentes que façam uma leitura atenta, quer da ENED quer do seu plano de ação; tendo no horizonte os desafios que a participação na Cidadania Global colocam às escolas portuguesas no que toca à globalização, interdependência, justiça, coesão social e desenvolvimento sustentável a uma escala mundial.

Obrigada.

Ensaio para a aplicação da Década EDS em Portugal

Luísa Schmidt¹

Antecedentes e Propostas – a DEDS em contexto nacional

Este texto centra-se na revisitação e balanço de um documento que serviu como contributo nacional para o arranque da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) declarada pela UNESCO para 2005-2014². Os propósitos desta Década, que já se encontra na sua fase pré-final, visam integrar os valores do desenvolvimento sustentável nas diversas agendas que nos governam: educativa, política, económica, pública, mediática e científica.

Esses valores passam por assumir que o desenvolvimento sustentável é um tipo de desenvolvimento que requer inteligência para compatibilizar as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, superando efeitos perversos como a destruição ambiental e a manutenção ou agravamento da pobreza.

Trata-se de um ‘desenvolvimento com paz e sabedoria’ (como referiu Adriano Moreira nesta conferência) e, portanto, em sintonia com a justiça e a equidade no acesso a bens e serviços essenciais, e que assegure os direitos de cidadania, no que respeita à informação, à participação e ao acesso à justiça. Neste sentido, há cerca de 10 anos, Portugal assinou a Convenção

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

² A Comissão Nacional da UNESCO (CNU), presidida então por José Sasportes, criou, em 2005, um grupo de trabalho (nota 1) com base na adesão voluntária, reunindo pessoas dos mais diversos sectores da sociedade civil: ONG, universidades, empresas, media, administração pública, escolas. Este grupo, que tive o prazer de coordenar, elaborou um documento para o arranque da DEDS em Portugal e que, em parte, revisitarei neste texto. O documento foi publicado simultaneamente em português e em inglês e chama-se: Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – Contributos para a sua Dinamização em Portugal, CNU, Lisboa 2006.

Aarhus³ mas, na prática, ainda não integrou os seus princípios no quadro de funcionamento da administração pública. O objetivo desta Convenção visa, tal como a DEEDS, reduzir o fosso entre governantes e governados, criar hábitos de discussão pública séria e informada em decisões políticas e estratégicas cruciais, bem como em planos e projetos estruturantes, empenhando os cidadãos e garantindo transparência de processos (UNECE 1998).

Claro que, a DEEDS, sendo uma iniciativa complexa, sobretudo quando a pensamos à escala mundial, tem uma dimensão idealista, cujo horizonte de ambição só pode ser assumido como quadro orientador de valores, relativamente ao qual se procurem vias pragmáticas para sustentar e inverter o sentido dos processos que estão a conduzir à rutura generalizada no ambiente e nas sociedades. E, nesse sentido, ela tem que catalisar ações traduzíveis e traduzidas em projetos concretos localizados no terreno, sendo à escala local que se poderá melhor redirecionar os atuais caminhos de insustentabilidade em que se tem conduzido o crescimento em muitas sociedades. Era para isso que alertava o documento da Comissão Nacional da UNESCO (como referiu o embaixador Andersen Guimarães nesta conferência).

A União Europeia tem assumido uma liderança crucial na estratégia de implementação da DEEDS. Muito sinteticamente, a primeira fase (2005-2007) consistia em definir a liderança, e elaborar planos de ação nacionais, métodos de avaliação e sistemas de indicadores. A segunda fase (2008-2010) consistia em aplicar, avaliar e reformular as principais linhas de ação delineadas. A terceira fase (2011-2014), em que estamos agora, pretende consolidar e expandir as medidas e ações identificadas.

Na Alemanha, por exemplo, o processo tem sido liderado pelo presidente da República; em Inglaterra foi o ministro da Educação que assumiu um programa específico nesta matéria; França tem dois ministros

³ Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, aprovada em 1998, e que Portugal ratificou em 2003 (ver CNADS 2003).

que lideram diretamente o processo; em Espanha a Década assume expressões diferentes conforme as regiões, mas existem 9 cátedras ativas de educação para o desenvolvimento sustentável.

Por cá, começou-se tarde e o processo continua atrasado: apesar dos esforços da CNU, em Portugal ainda hoje não existe nem comité, nem plano, nem cátedras. Para entendermos melhor as dificuldades e obstáculos na adesão a esta iniciativa, é importante recuar um pouco e fazer o historial da DEDS em Portugal e do documento que lhe deu corpo. Sabendo que, nestes processos, não há linearidade nem receituários únicos, pareceu essencial ao grupo de trabalho então constituído no âmbito da CNU, começar por equacionar alguns antecedentes socioculturais e económicos desfavoráveis ao desencadear dos processos de sustentabilidade no país.

Por um lado, o persistente estado de desinformação da sociedade portuguesa em relação a temáticas centrais da modernidade: numa avaliação recente feita pelo OBSERVA aos 30 anos de Eurobarómetros, verifica-se que o indicador “não sabe/não responde” é dominante no caso português registando-se inúmeras lacunas de conhecimento em matérias como o ambiente, energia, ciência e os próprios mecanismos e instituições europeias (Schmidt, Delicado, Ferreira, Fonseca, Seixas, Sousa, Truninger, Valente, 2011). Por outro lado, os níveis de desconfiança nas instituições democráticas são dramáticos e têm aumentado ao longo dos últimos anos, sobretudo entre os sectores etários mais novos. Parlamento, sistema judicial, e acima de tudo a classe político-partidária, são alvos de grande e crescente descrédito, segundo inquéritos nacionais e europeus recentes (Costa Pinto, Magalhães, Sousa e Gorbunova, 2012; Dunlap, Guerra e Schmidt, 2011, Schmidt e Guerra, 2011). As consequências combinadas deste dois fatores resultam em desinteresse e desmotivação generalizados em assuntos que extravasem os quadros da vida quotidiana – o que se traduz também em índices de participação organizada muito baixos. Como também se verifica nos inquéritos europeus, a pertença a uma associação cívica é diminuta, aproximando-se Portugal muito mais dos ex-países de Leste do que dos outros países europeus. Registe-se, contudo, a existência de um potencial participativo, sobretudo nas ações que não implicam militância, nem uma

inscrição onde se pague uma quota. Por exemplo, ao nível das acções de voluntariado já nos aproximamos mais dos valores europeus. Esta apetência indicia que os portugueses não estarão desencantados com os valores democráticos, mas sim desiludidos com o desempenho de grande parte da classe política no poder (Costa Pinto, Magalhães, Sousa e Gorbunova, 2012).

Entretanto, ao nível das decisões políticas e dos seus responsáveis, com raríssimas exceções, não tem havido nem empenho nem investimento na consolidação da cidadania e dos mecanismos participativos que dinamizem processos de intervenção pública informada. Antes pelo contrário, continua a prevalecer uma lógica avessa ao envolvimento da sociedade civil nos processos de planeamento e decisão, chegando a argumentar-se que a participação cívica ‘trás ruído’ à governação. Em matéria de sustentabilidade, os nossos responsáveis políticos divergem nas suas acções relativamente a dinâmicas como a que a DEDS pretende desencadear.

Regista-se, é certo, maior abertura, dado que a simples existência de Internet implica a “obrigatoriedade” dos sites informativos. Aliás, tecnicamente, ao nível do e-government, o país evoluiu exponencialmente, assumindo o sétimo lugar no ranking internacional em 2007 (West, 2007) e o primeiro (ainda que em *ex equo*) no ranking europeu (Eurostat/EC, 2011).

Contudo, não se criaram ainda bases informativas integradas de apoio à decisão e/ou de consulta pública, não existindo um efetivo empenho político nestas matérias, as quais se cumprem muitas vezes apenas por imposição das diretivas europeias.

O resultado é uma enorme distância e desconhecimento relativamente aos planos e estratégias que, deste modo, raramente se tornam eficazes. Atente-se o caso da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), cujo balanço participativo foi diminuto. Como refere um dos seus próprios autores em audição no CNADS (Abril de 2011), trata-se de “um documento inútil feito com elegância”. Em Portugal temos, de facto, muitos “documentos inúteis”, mesmo se “feitos com elegância”. Basta

pensar nas dezenas de planos e estratégias nacionais em vigor, tantas vezes desarticuladas e contraditórias entre si.

Assim, os processos abruptos de mudança ocorridos no país ao longo dos últimos 30 anos, pouco acompanhados nas áreas da informação, da educação, da ciência e do ambiente, estão na origem de muitas das tensões da “insustentabilidade” em que vivemos e têm incidência – mesmo que indireta - sobre o lento desencadear de um programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

O referido documento produzido no âmbito da CNU, explicita as causas de algumas dessas tensões. Desde logo, o facto de Portugal ter saltado repentinamente de uma sociedade rural depauperada, mas sem graves afetações ambientais, para uma sociedade ‘pseudo-modernizada’, que atualmente não tem nem os benefícios suficientes do processo de modernização adotado, nem a boa condição ambiental do arcaísmo de onde saiu.

Depois, o facto dessa transição se ter feito sem um acompanhamento do sistema educativo que corrigisse de forma eficaz os elevados índices de iliteracia nacionais, não preparando o país para os novos desafios da globalização. Não se criaram as necessárias competências para as novas necessidades e Portugal apresenta lacunas de recursos humanos em áreas-chave, bem como um défice de participação cívica em vastos sectores da população.

O país chegou tarde à questão do Desenvolvimento Sustentável e ainda não integrou uma cultura cívica, económica e política, bem como os valores que lhe são inerentes, tanto ao nível das ‘elites’ como das ‘bases’. Não há continuidade nos processos, nem capacidade de articulação entre valores e ações, nem, como atrás se referiu, se criaram ainda bases informativas oficiais, consistentes e integradas, tanto de apoio à decisão, como para consulta pública (CNU, 2006).

Verificou-se também nas últimas três décadas um agravamento das velhas e novas assimetrias regionais e sociais, traduzidas nomeadamente:

- no desordenamento do território e desfiguração dos quadros de paisagem, com forte desvalorização e despovoamento do mundo rural;

- na baixa eficiência energética e excessiva dependência de combustíveis fósseis, aliada a uma agudização dos fatores que conduzem às alterações climáticas;

- num sistema de transportes demasiado assente no sector rodoviário e no transporte particular;

- na degradação acentuada dos recursos naturais, com a inerente perda de biodiversidade;

- nas assimetrias sociais de vária ordem com largas faixas da população em situação de pobreza e exclusão social – segundo dados recentes, temos a segunda pior taxa de conclusão do ensino secundário da EU-27 e um rácio entre o rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres dos mais elevados da U.E. (Eurostat/EC, 2011).

Acresce a tudo isto, o facto de uma política para o Desenvolvimento Sustentável confrontar a resistência com que os poderes políticos em geral encaram as iniciativas que não produzam resultados de crescimento económico visíveis a prazos não superiores a 4 anos. Esta situação remete-nos para a importância crescente do papel da sociedade civil e das entidades mais próximas dos cidadãos no desenrolar dos processos de sustentabilidade.

Neste contexto, é cada vez mais importante aproveitar a oportunidade da DEDS para continuar a inscrever o tema na agenda nacional. Uma das propostas fundamentais do documento da Comissão Nacional da UNESCO, era a criação de uma **Plataforma Web** de uso comum, com uma base de dados multimédia georreferenciada de âmbito nacional e de atualização periódica, que integrasse e articulasse as diversas iniciativas em curso. A intenção era múltipla: suprir os crónicos défices de comunicação interinstitucionais; articular e reforçar grupos e iniciativas dispersas e atomizadas; aproximar diferentes tipos de agentes; incentivar links e

sinergias entre experiências; integrar conhecimentos dispersos e de cariz diverso; criar hábitos de cooperação interdisciplinares e transregionais; fomentar a mobilização local na criação e aplicação de soluções inovadoras que permitam dar resposta às questões de Desenvolvimento Sustentável na sua região.

Esta plataforma informativa e interativa integrando e articulando ações em curso, assumia que ‘o processo’ são ‘os projetos’. Seria ainda extensível aos PALOP e pretendia criar um repositório internacional online de materiais e recursos no âmbito da Educação para Desenvolvimento Sustentável.

As áreas de intervenção selecionadas devido ao seu efeito multiplicador, foram acima de tudo as **escolas** e as **autarquias**, mas também os *mass media*, as **ONG** e **mercado**.

As **escolas**, de diferentes graus e tipos de ensino, como lugares decisivos de formação, são as infraestruturas mais adequadas a funcionar como portais de entrada da DEDS. Mas também são cruciais para disseminar novos valores e práticas a outros grupos sociais. Alguns estudos têm demonstrado a capacidade das crianças e adolescentes funcionarem como “correntes de transmissão” de novas práticas para os adultos (Bartiaux, 2009, Correia *et al.*, 2011). Tal não dispensa, no entanto, trabalhar com grupos de jovens do final do secundário e de estudantes universitários (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Fazer a ligação entre as escolas e universidades é uma questão crucial e, neste aspeto, tem havido algumas boas notícias: por exemplo, o projeto Eco-Escolas estendeu-se às universidades.

Outra área de atuação prioritária são as **autarquias**, uma vez que representam o nível de poder político mais próximo dos cidadãos, possibilitando-lhes uma intervenção pública mais ativa nos processos de decisão, de planeamento e de gestão à escala local. À medida que se afasta a escala de decisão para lugares mais críticos, as pessoas sentem menor capacidade de intervenção nas políticas nacionais, tornando-se mais legível

e praticável uma participação à escala próxima. Em alguns estudos verifica-se que os portugueses reconhecem a sua capacidade de intervenção ao nível local – veja-se o aumento do número de Agendas 21 Locais e de orçamentos participativos (Schmidt, Nave e Guerra, 2006; Guerra, 2011).

Outro campo importante são os **meios de comunicação social**, na medida em que eles intervêm de forma decisiva no processo educativo. Na sociedade comunicacional em que vivemos não se pode pensar que as escolas são o único palco formativo, ou mesmo por vezes o principal, pois elas estão cada vez mais rodeadas de dispositivos de comunicação que, tantas vezes, contrariam até o próprio processo educativo escolar. Sendo assim, nenhum programa pedagógico pode apoiar-se exclusivamente no ensino formal e descurar o campo mediático, incluindo os novos *media*. Estes funcionam como agentes ativamente intervenientes no processo educativo, e como ‘cadeia alimentar mental’ de influência social determinante.

Depois, também é importante chegar às empresas e especificamente ao **mercado**, como espaço de troca de grande alcance de influência, tanto no consumo (sendo fundamental o acesso à informação de consumidores), como na produção (sendo fundamental a transparência sobre os processos de produção e as práticas mais sustentáveis). Hoje o tema do consumo assume ainda maior relevância, já que as economias emergentes passaram a exercer um peso crescente no mercado e uma pressão determinante sobre os recursos - alimentares, energéticos e naturais. Em seis anos o panorama mundial a este nível, com as chamadas economias emergentes, alterou-se de forma radical e tornou-se um problema premente com que teremos que lidar a curto prazo.

Finalmente as **ONG** são atores fundamentais em todo o processo de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, podendo dar um contributo destacado em três áreas fundamentais: mobilização de parceiros diversificados; sensibilização e educação de públicos-alvo; elaboração de pareceres técnicos nas mais diversas áreas de intervenção. Para assegurar uma maior eficácia e visibilidade da DEDS propunha-se criar uma

plataforma de ONG, com chancela da UNESCO, que serviria como ponto focal de divulgação e mobilização para uma participação activa e informada.

Balanco abreviado – avanços e estagnação

Se analisarmos brevemente a evolução de 2006 para cá, em cada um destes campos de intervenção - escolas, autarquias, mass media, mercado – verificamos que, se algumas sementes germinaram, outras não chegaram a despontar.

Ao nível das **escolas** realizou-se uma primeira análise dos projetos de educação ambiental, através de dois inquéritos nacionais a escolas e a entidades promotoras de educação ambiental e de EDS (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Deste diagnóstico, constatou-se, por um lado, como aspecto francamente positivo, o elevado número de projetos de EA/EDS existentes em praticamente todas as escolas do país e que resultaram de uma atenção curricular coordenada entre as políticas das instituições oficiais do Ambiente e da Educação sobretudo a partir de 1995/1996. Por outro lado, numa avaliação mais crítica aos projetos, concluiu-se, entre outros aspetos, que a EA/EDS continua a desenrolar-se de forma mais ‘vertical’ do que ‘transversal’, ou seja, ainda se faz demasiado confinada às turmas, pouco envolvendo a comunidade escolar e ainda menos as famílias e as freguesias. Outra conclusão é que as iniciativas de educação ambiental se mantêm demasiado articuladas com temas tradicionais e limitados, como os “resíduos” e a “fauna” e “flora”, descurando assuntos que implicam abordagens mais integradas como é o caso do ordenamento do território, do urbanismo, da cidadania ou um consumo mais sustentável. Sublinha-se ainda uma excessiva “infantilização” da educação ambiental, dado o peso esmagador dos projetos para as crianças em detrimento de iniciativas para os jovens. De facto, os alunos do 1.º Ciclo são o público-alvo preferencial da maior parte das iniciativas, seja dentro da própria escola, seja de fora para dentro, através das entidades que promovem a Educação Ambiental. Seria importante um maior investimento nas restantes camadas etárias e particularmente nos jovens pré-universitários, mais aptos ou, pelo menos, cronologicamente mais próximos de poderem exercer as suas funções de

cidadania. Finalmente, outro aspeto a destacar, é a falta de continuidade dos projetos de educação ambiental, por estarem ainda demasiado dependentes da “carolice” de alguns professores, muitos deles sujeitos à mobilidade, facto que potencia a caducidade dos projetos.

Registam-se, contudo, muitas iniciativas interessantes, e cada vez mais consistentes, como por exemplo o Programa Eco-Escolas, que já abrange mais de mil escolas, bem como o Projeto Rios e o Projeto CoastWatch, para não falar dos inúmeros e dinâmicos Centros do Ciência Viva. Existem também diversos casos isolados criativos e interessantes que deveriam ser conhecidos e replicados (através da tal plataforma que ainda não se criou...).

Nas universidades, decorrem atualmente alguns projetos e iniciativas – para além do referido Eco-Escolas em versão universitária, o concurso Green Campus, a Universidade Verde (UL) – significativos mas ainda embrionários, e portanto, sem resultados por enquanto avaliáveis. Por outro lado, não se criaram Cátedras UNESCO de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No que respeita à divulgação e comunicação científica tem havido pouco empenho. Tratando-se de uma questão fundamental nas sociedades do conhecimento e globalizadas, para mais num país com carências óbvias, seria importante criar gabinetes de extensão científica nas universidades, como há muito o CNADS defende (CNADS, 2003).

Também na Fundação para a Ciência e Tecnologia não existe um programa de investigação multidisciplinar que considere as várias dimensões da sustentabilidade; nem os projetos de I&D que a ela se candidatam têm de explicitar de que forma integram as preocupações com o desenvolvimento sustentável.

À **escala municipal** refira-se como exemplo positivo as Agendas 21 Locais (AL21). Trata-se de um instrumento com grande potencial de mudança se for efetivamente implementado, na medida em que leva os cidadãos a envolverem-se na vida local e a colaborar com os agentes

decisores, seja à escala da Junta de Freguesia, seja à escala do município, aproximando governantes e governados, e juntando contributos individuais e coletivos para o desenvolvimento local. Segundo um estudo recente, nos últimos sete anos o número de AL21 aumentou 400% (Guerra, 2011), o que não quer dizer que tenham sido um sucesso em todos os casos. O mesmo estudo evidencia que as principais razões deste aumento deveram-se ao impulso externo da União Europeia, que disponibilizou fundos comunitários especificamente destinados às agendas. A inexistência de processos avaliativos permite, assim, que muitas destas agendas não cumpram os pré-requisitos inerentes à sua própria definição e conceito, sendo difícil por vezes ‘separar o trigo do joio’.

Seja como for, as dinâmicas de participação no quadro da Agenda 21 Local têm permitido inúmeros avanços: o número de Agendas, locais e escolares multiplicaram-se e, mesmo que uma grande parte delas estejam muito aquém das expectativas, trata-se por si só de um avanço assinalável. De igual modo, é de assinalar a importância crescente dos Orçamentos Participativos à escala municipal.

Ainda no que respeita às autarquias, a publicação de balanços dedicados à evolução dos respetivos indicadores de desenvolvimento sustentável, realizou-se em cerca de um terço dos municípios portugueses. O Programa ECOXXI, dinamizado pela ABAE (<http://abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php>), implica uma avaliação desses indicadores e, em função dos resultados, atribui ‘bandeiras verdes’ aos municípios que cumpram requisitos de sustentabilidade. Mesmo tratando-se de uma iniciativa de adesão voluntária, tem sido crescente o número de autarquias que entram neste programa.

Quanto a criar e disponibilizar ferramentas de informação e comunicação, que facilitem a participação cívica e o trabalho cooperativo, promovendo a nível autárquico o encontro de parceiros e de grupos de cidadãos com interesses comuns, ainda é frágil, a não ser quando se trata das escolas. No inquérito às entidades que promovem a educação ambiental em Portugal, verificou-se que as autarquias são o principal motor dos projetos

de educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Já quando se trata de organizações não-governamentais, e sobretudo de associações de moradores, existem poucas parcerias com as autarquias. Destaque-se, no entanto, alguns programas importantes entretanto lançados, como é o caso da Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos - RCM n.º 143/2005 (por exemplo na Cova da Moura em 2007), e também da recente iniciativa do BIP-ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária em Zonas de Intervenção Prioritária) levada a cabo pela CML e que financia iniciativas variadas – simultaneamente estruturantes e criativas - desde 2011.

No que concerne aos **meios de comunicação social**, em geral, verifica-se um alheamento relativamente às problemáticas da sustentabilidade. É certo que a Comissão Nacional da UNESCO tem conseguido uma aproximação aos media e, entre outras iniciativas, promoveu um curso anual no Festival Cine-Eco, em Seia. Também o Jornal Expresso dedica desde 2007 um mês à sustentabilidade; o Público e o Diário de Notícias mantêm uma secção (que já conheceu espaços maiores...) dedicada a esta área; a RTP2 criou os programas Sociedade Civil e o Biosfera (ambos em 2006) e dá um ‘Minuto Verde’ por dia à Quercus. Contudo, é extremamente difícil mobilizar os media para estas matérias, mais ainda quando as respetivas atenções se encontram absorvidas pela crise financeira, fazendo quase eclipsar outras dimensões da realidade (e, claro, a sustentabilidade) quer de escala nacional, quer sobretudo internacional.

Acresce que, o modo como a crise tem afetado a ‘saúde económica’ dos próprios meios de comunicação social “leva o coração” de muitos media a ‘balançar’, talvez demasiado, entre um certo servilismo aos interesses económicos e o negócio do entretenimento informativo – facto que se vê claramente na programação das três televisões generalistas. O espaço para temas incómodos ou difíceis porque implicam investigação e aprofundamento, encontra-se cada vez mais rateado – facto que não se pode atribuir ao alheamento dos jornalistas, mas acima de tudo às lógicas publicitárias dos meios de comunicação social. Acresce uma certa desqualificação do papel dos editores em alguma imprensa e de muitos responsáveis de programação. A “liberdade de informação” é o bem mais

precioso da democracia, pelo qual há que lutar todos os dias “por nunca se considerar definitivamente conquistado” (citando Francisco Pinto Balsemão, em Público, 25 de Abril de 2012). Continua, pois, a ser pertinente, como se defendia no documento da CNU, “criar e promover a discussão com os profissionais desta área, convidando-os a refletir sobre as novas problemáticas do ambiente e sustentabilidade que afetam a sociedade, e estimulando uma cobertura mais atenta destas questões, com maior qualidade e profundidade” (CNU 2006).

Uma matéria particularmente interessante seria envolver na DEDS as empresas de marketing e as agências de publicidade, dado que a publicidade é uma poderosa ferramenta de mudança nos consumos e estilos de vida atuais. Um objetivo a propor, seria que os códigos de boas práticas que regulam a publicidade e o marketing, veiculassem os valores da sustentabilidade através de formas e fórmulas inovadoras.

Finalmente, no que respeita ao **mercado**, aquilo que o documento da CNU propunha em 2006 – “promover mecanismos de transparência ao nível dos investimentos e das instituições financeiras; introduzir mecanismos de informação ambiental nas empresas cotadas na bolsa”... – cinco anos passados e depois dos contornos obscuros da crise financeira, parece uma ironia e dispensa comentários. Seja como for, outras propostas, tais como a adoção de guias e relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, ganharam algum terreno, mas não o suficiente, sobretudo quando consideramos as propostas de uma Economia Verde, como adiante veremos.

Perspetivas – continuidade, renovação e Rio+20

Duas ou três ideias-chave expostas em 2006 na proposta da CNU - “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014 – Contributos para a sua dinamização em Portugal” - continuam atuais e contribuiriam para um salto qualitativo importante.

Em primeiro lugar, aproveitar as escolas como importantes infraestruturas existentes em todo o território, mobilizando alunos e professores para a produção e tratamento de dados e a construção de

indicadores – que contribuíssem para uma cartografia de dados locais sobre desenvolvimento sustentável (ambientais, económicos e sociais). Ou seja, investir naquilo a que se chama “ciência participativa”. Esta seria uma forma de colmatar a enorme carência de conhecimento de que o país sofre, ao mesmo tempo que, “em vez de brincarem ao ambiente”, levaria os estudantes a serem politicamente ativos e civicamente responsáveis, contribuindo de forma direta para o conhecimento da sociedade portuguesa, em geral, e do seu território próximo, em particular. Validar esta informação implicaria a articulação das escolas às universidades e às instituições oficiais, o que contribuiria para o estudo e soluções eficientes e inovadoras para problemas locais concretos – aquilo que se chama ‘Shop Science’ e que tem sido abundantemente praticado nos países nórdicos. Teria ainda a vantagem de inserir a comunidade escolar numa rede de cooperação que abarcasse a comunidade local, incentivando os estudantes a passarem “do recreio à política” e da “infantilização à responsabilidade”, aproximando-os das instituições oficiais e científicas. As escolas poderiam transformar-se elas próprias em “laboratórios de sustentabilidade” e exemplos de inteligência ambiental, energética e social. A recente remodelação de que foram alvo, com a sua reabilitação e novos espaços de uso – independentemente de serem criticáveis os excessos e desperdícios ou obras menos bem conseguidas - seriam (serão!) uma boa oportunidade para incentivar o conceito de escola aberta à comunidade.

É por tudo isto que nunca deveria ter sido desvalorizada e quase descartada a *Formação Cívica* como acontece com a nova estrutura curricular – trata-se de um enorme retrocesso especialmente quando pensamos na educação para o desenvolvimento sustentável.

Uma segunda ideia, é o reconhecimento e empenho de políticas de desenvolvimento sustentável à escala local, começando por avaliar a situação dos municípios portugueses a este nível, e concedendo àqueles que alcançarem patamares mais elevados de sustentabilidade, um galardão que traduza esse reconhecimento de forma pública. O Programa ECOXXI já o faz com base na adesão voluntária dos municípios, mas tal deveria ser expandido e alargado, inclusivamente às Juntas de Freguesia. Neste sentido,

o projeto Eco-Freguesias, que foi prémio Ideias Verdes (Expresso/Fundação Água do Luso) em 2010, começou a ser implementado à microescala das Juntas de Freguesia.

Por outro lado, a Agenda 21 Local continua a ser um instrumento muito útil a carecer de ser generalizado. A iniciativa Glocal promovida pela Câmara Municipal de Cascais e pelo Centro Regional de Excelência em EDS da Universidade Católica do Porto, tem como objetivo criar uma rede nacional de AL21, extensível aos países lusófonos, tendo em vista a Conferência Rio+20 (Junho de 2012). O potencial de contágio das Agendas 21 Locais é, aliás, especialmente importante em Portugal pois estimula a tão necessária reorganização do espaço público urbano como lugar do exercício de cidadania. Acresce que, em 2013, com a nova lei eleitoral, iremos assistir à renovação de muitos autarcas, sendo importante que os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável integrassem a campanha servindo de bandeira política distintiva.

Em suma, tratar-se-ia de passar do ciclo vicioso dos D's – desinformação, desconfiança, descrédito e descontinuidade – ao ciclo virtuoso dos C's – comunicação, confiança, credibilidade e continuidade.

Finalmente, quanto aos media e ao mercado, não se pode esquecer, no horizonte próximo, a Conferência do Rio+20 (Junho de 2012), cujos temas centrais serão a Economia Verde e a governação internacional do desenvolvimento sustentável. Na Economia Verde é preciso repensar o conceito reducionista de PIB, passando a considerar no seu cálculo as externalidades ambientais e sociais – desde a poluição e destruição dos recursos até aos impactos sociais negativos. É preciso considerar ainda a diversidade ecológica como fonte básica para o desenvolvimento e bem-estar humano, e assumir a transição dos investimentos públicos para o restauro do capital e património naturais, culturais e sociais (Jackson 2010).

A Economia Verde implica ainda combater as desigualdades sociais, através de políticas e mecanismos de redistribuição, estabelecendo níveis mínimos e máximos de rendimentos. Advoga também a importância da regulação do consumo, criando limites à publicidade (leia-se p.ex. a

propaganda ao tabaco para crianças em países pobres) e critérios de transparência à produção, exigindo o cumprimento dos direitos humanos e ambientais (leia-se p.ex. a exploração do trabalho infantil).

Em termos pragmáticos, consultando os documentos das Nações Unidas, a Economia Verde implica a definição de roteiros para os próximos 20 anos com metas, objetivos e ações específicas à escala nacional com o envolvimento de todas as partes interessadas, como o sector privado, as ONG e as comunidades locais. Nesta nova linha, defendem-se opções e ferramentas tais como: melhorar a recolha e partilha de dados; melhorar a conservação dos recursos; garantir a segurança alimentar; desenvolver tecnologias associadas a energias limpas; promover um desenvolvimento assente no baixo carbono; sensibilizar os consumidores para escolhas ambientalmente sustentáveis; melhorar a capacitação dos recursos humanos para a criação de empregos verdes. Neste sentido identificam-se as seguintes áreas potenciais de criação de emprego: transportes públicos eficientes, habitação, energias renováveis, gestão de resíduos e reciclagem

Especificamente a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é considerada muito importante em diversas dimensões, incluindo o aperfeiçoamento das escolhas dos consumidores, melhorar a qualidade da informação aos responsáveis pelas tomadas de decisão e estimular a vontade política na promoção da Economia Verde.

O desígnio destes documentos, que serão discutidos no Rio de Janeiro em Junho de 2012, sentando às mesmas mesas quase todos os países do mundo, perante o grave contexto europeu e mundial, geram um duplo sentimento de prudência pessimista, mas também de alguma esperança.

Uma coisa é certa, na reta final da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, convém reconhecer que a gravidade dos problemas ambientais e a aceleração dos tempos em que vivemos elevaram para os mais exigentes níveis a necessidade do contributo de todos.

Friedrich Schiller é que dizia: “não temos nas nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo, mas perante todos os problemas do mundo temos [pelo menos] as nossas mãos.”

(Nota 1) Grupo de trabalho:

Luísa Schmidt, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Coordenadora); Cristina Girão Vieira, Instituto da Conservação da Natureza; Fátima Matos Almeida, Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA); João Pato, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; José Vitor Malheiros, Jornal “Público”; José Miguel Figueiredo, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI); Lia Vasconcelos, Liga para a Protecção da Natureza (LPN); Luís Morbey, Instituto do Ambiente (IA); Luís Rocharte Álvares, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal; Mafalda Lapa, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; Manuel Carvalho Gomes, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Maria Helena Correia, Instituto do Ambiente (IA); Paula Antunes, Departamento do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Paulo Partidário, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI); Raquel Mota, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular; Rosalia Vargas, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; Teresa Fonseca, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular; Teresa Goulão, Associação Bandeira Azul da Europa.

Bibliografia

Bartiaux, F. (2009). “Between school, family and media: do the children carry energy-saving messages and practices?” Pp.1897-1906 1783 in ECEEE Summer Study 2009. Cote d’Azur.

CML, Bairros de Intervenção Prioritária em Zonas de Intervenção Prioritária

http://www.gebalis.pt/site/index.php?option=com_content&task=view&id=227&Itemid=67

CNADS (2003), Reflexão sobre o Acesso à Informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CNADS (2006) Comentário do CNADS sobre o Primeiro Relatório Nacional sobre a Convenção de Aarhus. Lisboa. CNADS.

CNU, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – Contributos para a sua Dinamização em Portugal, Lisboa 2006.

Correia, A., Schmidt, L., Horta, A., Fonseca, S., Rebelo, M., Menezes, M e S. Almeida (2011) "Sem ela era complicado viver": Representações, crenças e práticas juvenis sobre o consumo de energia». Colóquio do Observatório Português da Juventude "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, ações". ICS-UL, Lisboa, Junho de 2011. http://www.opj.ics.ul.pt/images/stories/ComunicacoesColoquio/coloquioopj2011_correia_et_al.pdf.

Costa Pinto, A., Pedro Magalhães, Luis de Sousa e Ekaterina Gorbunova (2012) A qualidade da democracia em Portugal. Perspectivas comparadas, Relatório 1, Barómetro da Qualidade da Democracia-ICS.

Dunlap, R., Guerra, J. Schmidt, L., (2011), "Searching for an Ecological Worldview in Europe", apresentação em Uma Consciência Mais Verde? Resultados do European Values Study 2008/2009; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Auditório 2, 17 de Março de 2011.

European Social Survey <http://www.europeansocialsurvey.org/>

Eurostat <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Eurostat/EC (2011), Eurostat regional yearbook 2011, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.

Guerra, João (2011), Municípios, Participação e Sustentabilidade. Dinâmicas Locais de Imperativos Globais. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Geral. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Jackson, Tim (2009), Prosperity without Growth? The Transition to a Sustainable Economy. Londres. Sustainable Development Commission.

Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo. Fundação Francisco Manuel dos Santos www.pordata.pt

Programa ECOXXI <http://abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php>

Schmidt, L. e Guerra, J., (2011) "As Especificidades do caso Português", apresentação em Uma Consciência Mais Verde? Resultados do European Values Study 2008/2009; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Auditório 2, 17 de Março de 2011.

Schmidt, L., Horta, A., Correia, A., Fonseca, S., Rebelo, M., Menezes, M., Almeida, S. (2011), "Sem ela era complicado viver": Representações, crenças e práticas juvenis sobre o consumo de energia". Colóquio do Observatório Português da Juventude "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, ações". ICS-UL, Lisboa, Junho de 2011.

Schmidt, Luísa, Delicado, Ana, Ferreira, José Gomes, Fonseca, S., Seixas, João, Sousa, D., Truninger, Mónica, Valente, Susana (2011). O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro. Lisboa. Observa/ICS-UL.

Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil, Guerra, João (2005). Autarquias e Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais. Porto: Fronteira do Caos.

Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil, Guerra, João (2010). A Educação Ambiental: Balanço e Perspectivas para uma Agenda mais Sustentável. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

UNECE (1998), *Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters*, Aarhus, United Nations Economic Commission for Europe/Committee on Environmental Policy.

West, Darrell M. (2007), *Global E-Government*, 2007, Providence, Center for Public Policy-Brown University.

Jorge Massada¹

Quero agradecer o convite que me foi feito para estar aqui e dizer que depois da intervenção da Luísa Schmidt me sinto completamente inútil e penso que não tenho rigorosamente nada para comentar. É praticamente impossível comentar o que ela disse. Referiu, no início, que a sua intervenção seria um copo meio vazio em relação ao copo meio cheio. É a única coisa que eu diria de diferente: penso que se trata de um copo um quarto cheio e três quartos vazio, porque depois do que a Luísa Schmidt disse há muito para fazer.

A intervenção da Luísa é arrasadora e, ao mesmo tempo, otimista. Ela aponta soluções e caminhos, quanto mais não seja este de as pessoas falarem umas com as outras. Já não seria mau.

O que retiro principalmente da sua intervenção é que Portugal é um país de costas voltadas. Na linguagem que ambos tínhamos no Expresso cada um tem a sua quintinha, fecha-se na sua quintinha. É uma espécie de um país minifundiário em que cada um está ali, não quer que lhe mexam e toquem naquilo que é seu.

E retive também uma coisa importante da intervenção da Luísa que é o aumento do número de portugueses que não sabem responder ou que não respondem nos inquéritos. Ou seja, em vez de diminuir a falta de informação e a falta de interesse pelos vistos aumenta. Este é um país um pouco angustiante e quando a Luísa estava a falar eu estava a pensar no nome de um livro de um cientista que não está aqui mas há aqui gente aqui que o conhece: o Manuel Paiva, que era diretor do Laboratório de Biofísica da Universidade Livre de Bruxelas e que um dia escreveu um livro intitulado «Comment peut-être portugais?»

Como se pode ser português? Depois disto tudo é difícil pensar outra coisa que não seja: há tanto para fazer que aquilo que nós temos de fazer é

¹ Director do Jornal CiênciaHoje

mesmo darmos as mãos e vermos como poderemos resolver os problemas que ainda subsistem.

E é curioso que neste debate há um plano [o documento da CN UNESCO] que a gente ouve e que não é fácil de comentar. Não temos de comentar um plano: ele é aquilo, existe. E percebemos que houve uma demolição: não propriamente desse plano mas daquilo que era suposto ter acontecido e que não aconteceu.

E perante isto penso que para darmos as mãos e para conversarmos uns com os outros talvez fosse melhor calar o comentador e dar a voz ao público, às pessoas para debaterem, para falarem.

Não digo que este plano da educação para o desenvolvimento já tenha feito montes de coisas, não, mas é que ainda não teve tempo de fazer coisíssima nenhuma porque foi adotado o ano passado, já fizemos algumas coisas, e queremos fazer muitas mais.

E justamente queremos casar o plano e a nossa estratégia com a estratégia do desenvolvimento sustentável. Queremos reforçar e dar a dimensão global e a dimensão externa; porque o nosso é mais na dimensão externa; e o plano de desenvolvimento sustentável tal como ele foi criado há dez anos atrás é mais na dimensão interna, digamos assim. Era só este esclarecimento que eu queria fazer antes de continuarmos. Obrigada.

DEBATE

Maria Emília Brederode Santos - Muito obrigada. Está aberto o debate e passamos já ao senhor embaixador Fernando Andresen Guimarães.

Fernando Andresen Guimarães - Muito obrigado. Eu queria dizer que sou tão português como os outros, e portanto sou pessimista, sou negativista. Mas queria dizer, também, que esta questão do copo que a Luísa Schmidt falou, se estava meio cheio ou se estava meio vazio, tudo depende da dimensão do copo que nós definimos anteriormente. Se arranjamos um calicezinho, ele está cheio... Quero eu dizer, quando nós fazemos um plano ou quando fazemos um projeto que é facilmente enchido (o copo), é porque não fomos demasiadamente ambiciosos.

Portanto, muitas vezes, não chegamos aos resultados concretos que estávamos a pretender porque fomos demasiado ambiciosos, mas deliberadamente, para ter objetivos a que não se chegaria, mas que se caminharia nesse sentido. Mas isso não nega de maneira nenhuma a questão do copo vazio...

No caso das ambições que foram coordenadas, que foram feitas naquele plano, naquelas linhas todas que havia, eram projetos que foram avançando como seria ideal que conseguíssemos, portanto estava-lhe a responder que não é que os resultados tenham sido maus, as ambições é que eram muito grandes. E continuam a ser e, ainda bem que são.

E se chegarmos a algum resultado já concludente, acho que devemos começar imediatamente por ter um novo objetivo, porque os objetivos devem ser inalcançáveis.

Maria Emília Brederode Santos - Os objetivos são como estrelas norteadoras, não é verdade? Dr. Ponces de Carvalho.

António Ponces de Carvalho¹ - Muito bom dia. Foi muito interessante esta intervenção sobre a educação para o desenvolvimento sustentável. Mas gostaria de referir aqui a forma como a legislação do país

¹ Diretor da Escola Superior de Educação João de Deus

sobre a qualidade do ar pode dificultar nas escolas esta educação e, sobretudo, dificultar esta inteligência ambiental das escolas, que me parece uma ideia muito interessante.

Nós tínhamos a tradição em Portugal de ter uma boa ventilação natural nas escolas, que perdemos, visto que uns “espertos” foram buscar algumas ideias ao Norte da Europa, esquecendo-se que o clima em Portugal não é bem idêntico ao dessa região, em termos de construção das novas escolas, obrigando a custos muito elevados. Mas, isto é, sobretudo, um péssimo exemplo de educação ambiental e de escolas ecológicas, por conta dos gastos que acarretam em termos de ventilação forçada, de aquecimento e de arrefecimento desse mesmo ar, obrigando a que as janelas, inclusivamente, estejam fechadas não permitindo o arejamento natural, com elevados custos de manutenção e de despesas de funcionamento e de qualidade do próprio ar. E todos sabemos bem a quantidade de bactérias e de problemas de saúde que estes filtros acarretam, se não forem devidamente tratados.

Estamos a impedir as escolas, por via da legislação, de poderem dar um exemplo aos seus alunos e de promover uma educação sustentável. Deixava aqui esta reflexão e acrescentar que essas mesmas regras são iguais para Trás-os-Montes e para o Algarve, com as diferenças de clima que conhecemos.

Em suma, andamos a ter um discurso em prol da atitude ecológica e depois a legislação obriga-nos a proceder em sentido contrário. Muito obrigado.

Lurdes Soares² - Eu queria só fazer um comentário à apresentação da Luísa Schmidt, no que se refere ao terceiro setor, sobre a importância do voluntariado, e não é porque estamos no Ano Europeu do Voluntariado. Mas qual é a diferença entre os nossos jovens e o que se passa noutros países? Eu acho que aqui é essencial o papel dos outros setores, do primeiro

² Agência Portuguesa do Ambiente

e segundo setores. No Reino Unido dá-se preferência, quando se vai a uma entrevista, a um futuro funcionário que já tenha feito voluntariado.

Quando os alunos acabam o secundário têm uma espécie de ano sabático em que têm mesmo de fazer um projeto de voluntariado em qualquer área, não tem de ser na área do ambiente, pode ser em qualquer área. E, portanto, falta aqui algo que é a sociedade, falta essa exigência, para que se comece também a desenvolver o gosto pelo voluntariado.

Hoje as novas formas de fazer voluntariado vão muito para além das ONG, basta olhar para as redes sociais. As redes sociais são uma nova forma de fazer voluntariado e de o divulgar de uma forma muito interessante que não está desenvolvida; pode ser um voluntariado por uma causa, não está associado apenas a uma entidade específica ou com algum vínculo.

Maria Emília Brederode Santos - Só gostava de recordar às pessoas que seguem alguns aspetos da educação, que há muitos, muitos anos, Portugal teve uma experiência muito interessante de Serviço Cívico. Caiu o Carmo e a Trindade quando se falava de serviço cívico... Só agora é que parece que o país está maduro para o serviço cívico.

Participante (não se identificou) – Escuso de repetir o que disse o doutor Ponces de Carvalho, novos tempos, os mesmos erros. Já na década de setenta e oitenta se compraram escolas de modelos nórdicos que depois tinham armários que inclusive ninguém sabia para que serviam. Tivemos que pedir informações para saber que eram para guardar os esquis dos miúdos.

O erro agora é que temos um parque escolar que está com pompa e circunstância e com qualidade. Poderemos considerar duvidosa ou não a Parque Escolar, mas a verdade é que melhorou no que diz respeito ao secundário, mas temos uma rede de escolas básicas que está completamente fora de prazo de validade. São escolas completamente destruídas pelo tempo, pelos elementos, são muitas do tempo de Maria de Lourdes Pintassilgo, de 1978-1980. E nestas escolas a dificuldade é fazer ver aos

miúdos que o que ali se passa não deveria acontecer. E dou-lhes um exemplo, como é que falarmos de tratamento de águas residuais quando a escola tem uma fossa rota a dar para um campo qualquer. E falarmos em energias alternativas e eles verem o camião-cisterna do gás a vir abastecer o sistema de aquecimento das águas balneares, etc., etc., etc. E, neste âmbito, penso que há muito a fazer. E este será, em minha opinião, o bom investimento público.

As escolas são locais perigosos. Nas escolas educa-se. E está provado que a educação pode levar às revoluções. Pelo que dizem a Tunísia será o exemplo disso, não é? O povo tem níveis de literacia superior e começou-se a questionar muito do que ali era tábua assente e incontestável. Mas a nossa escola, e eu pertenço à generalidade dos projectos da Luísa Schmidt, é bombardeada diariamente com correspondência, desde as autarquias às associações, com projetos, muitas vezes fora de qualquer planificação. Porque nós estamos coartados e tudo sistematizado com o Ministério da Educação, e não podemos pegar naquilo que nos vão propondo, “e mete aqui, e estica para acolá, não dá, não nos permitem.”

E, depois, há outra questão que é esta: com o projeto de reorganização curricular, a generalidade das atividades que são de forma benévola levadas por diante por muitos dos professores vão deixar de acontecer. Porque ao eliminarmos o tempo que era dado às escolas para desenvolver projetos, deixamos de ter professores para os fazer. E ao eliminarmos a área de projeto, na generalidade muitos destes projetos não vão lá. Acabam, pura e simplesmente.

E vamos passar a ter, pelo contrário, uma visão muito míope em relação a isso. E vamos passar a ter uma escola muito expositiva, eu diria mesmo excessivamente expositiva, onde as TIC até podem estar na sala de aula, e os quadros interativos e não sei quantos, mas não há nada de palpável. O miúdo não sente, porque está a ver algo que não está ali tridimensional. E é esta a questão que eu coloco, como é que a escola pode sobreviver a estas questões e como é que a nossa escola está a ser pensada na sua vertente de desenvolvimento para a sustentabilidade?

Maria José Martins³ - A minha intervenção tem a ver com várias ideias que aqui foram lançadas, uma delas muito bonita e muito profunda, que é o conceito da sabedoria adquirida. E que tem a ver por si como lastro do património cultural que tem de estar na base da nova construção social.

E por isso eu gostava de perguntar às pessoas da mesa, designadamente à professora Luísa Schmidt, que tem um intenso trabalho no domínio da visão social e das estratégias sociais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, em que medida é que acha que o estudo da História tem relevância nas estratégias de educação para o desenvolvimento global? Global não é o desenvolvimento global do planeta, mas o desenvolvimento do cidadão e da pessoa.

Por isso julgo que para superarmos algumas das fragilidades que apontou como a da infantilização, da circunscrição dessas estratégias a visões muito parcelares do próprio conceito de desenvolvimento, como seja as temáticas que estão mais de imediato ligadas às “patifarias” que se fazem à terra e à sociedade. Porque, eu tenho se calhar um *partipris* pela minha formação e pela minha experiência formativa, eu tenho a convicção de que a educação histórica é um fator imprescindível para se dar um sentido, uma coesão de sentido às aprendizagens que se fazem relativamente ao ambiente e relativamente à visão social.

Não a educação histórica num sentido passadista para transmitir modelos estáticos, mas no sentido de aquisição de modos de interpretar a realidade social, que em relação ao passado é mais ou menos distante, mas é uma forma de apropriação pelos estudantes, pelos meninos e pelos adultos de todas as idades, daquilo que foi construído antes deles e do modo como eles devem ser também membros ativos dessa construção.

E julgo que muitas vezes é evidente que, na educação para o desenvolvimento sustentável, um dos factores importantes é a educação ambiental. Mas não vejo que seja evidente que a educação histórica, designadamente da história local, seja um fator genericamente e generalizadamente considerado

³ Conselho Nacional de Educação

como importante nessa formação para a cidadania e para o desenvolvimento.

Márcia Trigo⁴ - Eu trabalhei muitos anos no Ministério da Educação, neste momento trabalho só na universidade e sou consultora. Eu, ao contrário do que se disse, acho que foi o senhor embaixador que disse que os portugueses são todos pessimistas, sou uma otimista. Não tenho ADN português! Sou reconhecidamente uma otimista.

Mas antes queria dar os parabéns obviamente ao CNE e queria dar os parabéns à intervenção da Luísa Schmidt. Adorei, gostei imenso, e peço-lhe que faça mais coisas à volta disso. Todos aprendemos imenso e eu aprendi imenso. Também aos outros colaboradores, mas eu penso que ela tem um trabalho de fundo e, portanto, dava-lhe os parabéns.

Eu, neste momento, sou professora de Estratégia, sempre fui de Inovação e de Comunicação. E, obviamente, é muito português o que o senhor embaixador disse. Nós, portugueses, fazemos uns grandes planos que depois não são para cumprir. E portanto Bruxelas e outras organizações internacionais gozam connosco porque nós somos os melhores a apresentar os melhores planos. Só que eles riem-se daquele tamanho, e os outros têm um terço da dimensão, apresentam muito menos planos, mas cumprem-nos. Os nossos não são para cumprir.

Ora, nesta coisa da estratégia e do planeamento há a estratégia, a missão, os valores, esses que são os tais motores para nos animarem. Mas a estratégia depois vai ao plano e o plano deve ser concreto. E há planos a curto, a médio e a longo prazo. Como nós fazemos sempre a longo prazo, que é para não termos que prestar contas a meio, portanto é uma má estratégia. E por isso é que temos este ADN português que nunca conseguimos acabar coisa nenhuma.

Peguemos nos valores, peguemos na tal sabedoria. Isso tudo é para nos animar e para dar fôlego e não é para cumprir, porque nunca estão

⁴ Escola de Gestão & Negócios – Universidade Autónoma de Lisboa

acabados. Agora, planos, são para cumprir. Façamo-los mais curtos. O país tem de aprender isso e depois apresentar resultados no tempo que marcou. Muito obrigada.

Elizabeth Silva⁵ – Apesar de o senhor embaixador da nossa Comissão da UNESCO já ter feito uma intervenção, eu gostava, pegando um pouco nas palavras da professora Luísa Schmidt, de chamar a atenção para a chamada infantilização. Nós no terreno sentimos isso, e no âmbito do Ano Internacional do Planeta Terra tivemos essa preocupação. Não foram só os Contos da Dona Terra que foram disponibilizados para os mais jovens, mas foram também matéria de trabalho para os mais velhos, portanto já secundário e universitário, e incluindo as brochuras que foram traduzidas para Português pelos nossos universitários pertencentes ao Comité Português do Planeta Terra, das mais diversas universidades de Portugal, exatamente com essa preocupação.

Dou um exemplo muito concreto. Um dos concursos escolares que tivemos, no caso do Planeta Terra, com o Centro de Excelência de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o CRE Porto, constatámos, por exemplo nos DVD, que os alunos mais velhos fizeram um trabalho baseado no *copy/paste* do que está disponível na *Internet*, e o nosso ursinho polar, acabou por aparecer em todos os 43 DVD. Destes DVDs de três minutos que foram analisados nenhum conseguiu ser premiado. Porquê? Porque de facto não há massa crítica. Os miúdos, os mais jovens e depois os menos jovens assimilam tudo o que vem na comunicação social, neste caso veiculado pelos jornalistas, seja pela televisão, rádio, etc., e portanto depois não conseguem desmontar a informação que é recebida.

Daí, também no âmbito do Ano Internacional do Planeta Terra, ter surgido a ideia de fomentar ações de formação específicas, neste caso *workshops* próprios para jornalistas, cujo título era Informação em Contexto. E vamos continuar com o protocolo que assinámos com Seia no âmbito do Cine'Eco. Vai continuar, esperemos que anualmente, este tipo de ações de formação para jornalistas com blocos especiais. Este ano o tema foi

⁵ Comissão Nacional da UNESCO

sobre alterações climáticas, mas foi também sobre desastres naturais e fabricados, e sobre a biodiversidade, porque estávamos no Ano da Biodiversidade. E o que tentámos fazer foi colocar cientistas e professores universitários a desmontar o diálogo mais científico, tornando-o mais acessível, mas sobretudo a incidir sobre as causas, os porquês destes fenómenos. Até que ponto são só naturais ou são fabricados? E aí gerou-se um outro tipo de diálogo centrado também na forma como a notícia é feita, e com que objetivo.

Sentindo esta dificuldade não só a nível de jornalistas, também já temos pensado um outro *workshop* a realizar na Tapada Nacional de Mafra, este mais abrangente, para técnicos de autarquias. Os autarcas serão muito bem-vindos, professores, pessoas que lidem com *newsletters*, que trabalhem na área da comunicação e guias; para novamente pegar, como o senhor presidente da CN da UNESCO já disse, nos anos, nas efemérides como pretextos para se falar nestas matérias. Mas, sobretudo, perceber também as causas.

E portanto aí, lembrando o “tal copo”, eu também estou à vontade, eu também não nasci cá, nasci no Zimbabwe, também não devo ter esse pessimismo português. Acho que muita coisa se faz, no entanto concordo plenamente que estamos a trabalhar de costas voltadas uns para os outros, não veiculamos aquilo que se está a passar no terreno.

A CN da UNESCO, com os seus escassos recursos tenta fazê-lo, como facilitadora da criação de *Web sites*, que generosamente têm sido cedidos por universidades, como é o caso da Universidade do Minho, quando foi do Ano Internacional do Planeta Terra, ou o Ano da Biodiversidade, que teve a sua plataforma sedeada no Centro de Eco Hidrologia Costeira. É importante conhecer quem está no terreno a trabalhar estas matérias, saber quem são as pessoas.

Mais uma questão para finalizar. Estes anos, de facto, são efemérides anuais, mas há uma preocupação que é o que está depois dessa efeméride. Todas estas efemérides que aqui foram referidas, Ano Internacional do Planeta Terra, Biodiversidade, Florestas, Química, têm a preocupação de

envolver a sociedade, são para as pessoas em geral. Não são para os cientistas, que já dominam as matérias, não são para os investigadores, são para o cidadão comum.

Porque o que se pretende é uma participação ativa, que se compreendam estas matérias e se perceba o que é que isto tem a ver com o dia-a-dia das pessoas, com o seu quotidiano. Primeiro ponto, só para a sociedade e, depois, demonstra bem como as universidades estão extremamente recetivas em trabalhar com as escolas, e é apostar, é chamar pessoas, é dar continuidade a este trabalho. Não ficar apenas pelo anual e continuar no futuro.

Fátima Quedas⁶ - Agradeço as intervenções de todos e aquilo que aqui vim aprender. Mas não resisto a fazer dois ou três sublinhados que me tocaram mais de perto.

Para dar um testemunho de desinformação, o meu, quer dizer, eu estou hoje aqui porque tive a sorte de ver um anúncio de qualquer coisa que falava de desenvolvimento sustentável. É um assunto que me é caro e portanto aqui estou. Isto para dizer que, de facto, a informação vai-se fazendo todos os dias e temos de ter a expectativa que o passar de palavra consiga trazer mais alguém para estas tarefas importantíssimas.

Os meus três sublinhados vão para isto. Ainda há pouco houve aqui um colega, e esta última intervenção, que falaram de diferentes níveis de ensino. E eu volto a sublinhar aquilo que já foi dito, numa intervenção, temos de pôr todos os níveis de ensino a trabalhar nisto, quanto mais não seja para compensar as fragilidades uns dos outros.

Ou seja, enquanto um docente, por exemplo, do secundário ou do 3º ciclo, está muito mais amarrado do ponto de vista de programas, do ponto de vista de disciplina, o docente do ensino superior tem uma outra liberdade que lhe pode dar espaço de manobra onde os outros colegas não conseguem chegar. Se calhar nós, docentes do ensino superior, conseguiríamos fazer

⁶ Docente do Instituto Politécnico de Santarém

melhor trabalho se conseguíssemos chegar aos alunos um bocadinho mais cedo, porque às vezes quando eles nos chegam já trazem estes vícios todos do plágio que foram aqui enunciados, e depois desgrudar disso é o cabo dos trabalhos.

Portanto não é só pelas razões muito teóricas, mas também por estes pragmatismos das rotinas de quem está no terreno dia-a-dia, que estas coisas têm de se fomentar, e mais ainda, não com aquele caráter, porque isso de colaborações esporádicas há seguramente em todo o lado, mas criando de facto projetos. Diria eu, uma provocaçãozinha, mesmo que acabe a área de projeto para os meninos, que fique uma área de projeto para os professores e que a aproveitemos, entre professores do 2º ciclo e do ensino superior, por exemplo.

Maria Emília Brederode Santos - Ninguém proíbe de fazer projetos nas disciplinas...

Fátima Quedas - Exatamente. Mas acho que há aí muito pano para mangas que temos de explorar. Um outro aspeto vem de uma intervenção de trás. Eu sou da área das agriculturas, mas de facto há uma coisa que eu aprendi ao longo deste tempo todo, um país que não tem História, um cidadão que não tem História, também não tem futuro.

E portanto esta subestimação que se faz da História a muitos níveis, é uma sentença de morte, a prazo. Porque se nós formos olhar para os tais países que são paradigmas, há de facto um orgulho histórico, desde os italianos aos suecos, que não têm nada a ver com aquilo que é a nossa prática. E portanto nós temos de ser todos defensores da História.

E por último, é evidente que tinha de falar à menina do meu coração. A professora Luísa Schmidt disse, que a agricultura voltaria a ser importante, volvidos estes anos todos. É evidente que, sendo profissional do *métier*, para mim não é novidade, é daquelas coisas muito expectáveis.

Agora, a minha chamada de atenção vai para isto, a agricultura ressurgiu, mas ressurgiu para ficar e provavelmente com mais implicações

do que aquelas que a maior parte das pessoas hoje em dia consegue encontrar. Como eu costumo dizer às vezes na brincadeira, os chineses ainda não estão a comer os bifés todos que têm direito a comer, a população ainda não cresceu aquilo que tem direito a crescer, portanto a agricultura, para o bem e para o mal, vai ser a coroa de uma série de contradições do próprio desenvolvimento sustentável.

Porque o desenvolvimento sustentável, aparentemente e na prática, está confrontado com muitas contradições que tem de resolver, não é? Porque se não conseguir resolver essas contradições, se quisermos dar uma pintura de uma cor simpática a tudo isto, nunca mais lá vamos. Porque há aqui muitas contradições em cima da mesa e de facto a agricultura e a alimentação vão estar no cerne disso tudo.

E, portanto, devemos perder aquele complexo ou aquele preconceito que se criou nas sociedades europeias, de alimentação a gente só queria saber da segurança qualitativa, não é, da *food safety*, a *food security* era um assunto para deitar para o caixote do lixo, e mais ainda, falar de agricultura e alimentação é um assunto de menos importância para a classe média.

Ora a dita classe média, hoje em dia, já começa a estar, como dizia o professor Adriano Moreira, na pobreza mediterrânica, e, portanto, ter esta noção de que vamos ter que ter este discurso da agricultura e da alimentação na charneira de tudo aquilo que vamos ter de fazer. Peço desculpa pelo tempo que tomei.

Participante (não se identificou) - Muito bom dia a todos, já vai tarde a manhã, não quero tirar muito tempo. Mas em relação a ser português e a não pensar positivo, eu senti-me um bocado ofendido. Desculpem se estou um bocado nervoso, mas ao longo desta manhã ouvi muitas coisas, umas coisas que me agradaram e outras que não me agradaram tanto.

Eu sou monitor do projeto Rios, sou professor da área de projeto desde que começou, coordeno o projeto há cinco anos que é Um Olhar sobre o Rio Onda, em Lavra, Matosinhos. Comecei com uma turma e no dia 22 de

Março vou ter 350 alunos numa atividade para comemorar o Dia Mundial da Água e esperemos que renovemos uma boa quantidade de chorões.

Tenho parceiros das Águas de Douro e Paiva, da INDAQUA, da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, fomos auditados no âmbito do Programa Eco-Escolas, temos a LIPOR a trabalhar connosco. Trabalho de segunda a domingo, faço de secretário, faço ofícios, mando respostas, recebo respostas, mando *e-mails*, consulto *websites*, peço apoios a tudo e mais alguma coisa, peço a professores, principalmente aos de Português e aos professores de Matemática.

Trabalho com alunos de diferentes ciclos, desde a educação pré-escolar até ao 9.º ano, conforme a vontade, a disponibilidade e o interesse dos professores, trabalho interdisciplinarmente e dentro do projeto curricular. E peço imensa desculpa, mas gostaria de ser mais claro mas perdi-me no meio das palavras, porque de facto a frustração de querer fazer e não poder é complicada...

A questão de querer pedir apoios para levar os miúdos ao rio é complicada e temos mesmo que usar transportes públicos porque não temos espaço de manobra. Para além de ter que andar a mendigar, há ainda, como alguém já falou aqui, a questão curricular, porque vocês sabem que só podemos sair se fizermos permutas, se tivermos dias sem atividades letivas, porque há que cumprir o programa.

E alguém falou, também, na infantilidade, porque no 1.º ciclo é mais fácil tirar os miúdos da sala e ir com eles para o campo do que no 2º e no 3º ciclos. Além disso o programa no 2º e 5º anos falam sobre a água, sobre as plantinhas, sobre os animaizinhos e é mais fácil tê-los motivados fora da sala de aulas. No 3º ciclo o programa é completamente diferente, é mais difícil trabalhar com eles, estão na fase dos namoricos, é muito mais complicado. E depois no secundário regressa outra vez o interesse pelo desenvolvimento sustentável e pela educação ambiental.

Eu gostava de ter hipótese no meio disto tudo de apresentar o trabalho que é feito neste agrupamento, com muitos professores, que dão muito de si,

dão muitas horas. Depois congratulo-me com a preocupação e com o trabalho que tem feito o Conselho Nacional de Educação mas tinha de desabafar um bocado, porque necessitava disto, porque são cinco anos de trabalho e de muito esforço.

Raquel Soeiro de Brito⁷ - Eu vou ser breve, por todas as razões. Mas não quero deixar de agradecer à doutora Ana Maria Bettencourt o facto de me ter recebido hoje aqui. E porque é que eu tinha interesse em vir hoje aqui? Para além de ver pessoas amigas que há muito tempo não via, caso da professora Schmidt, principalmente para poder dizer a este grupo de pessoas o gosto que eu tive de ter assistido, absolutamente por acaso, no Pico a uma reunião deste género que é como quem diz uma apresentação, por grupos de professores e por grupos de alunos, salvo erro dos 13 aos 16 ou 17anos. E eu digo-lhes, com toda a minha vetusta idade de experiência de ensino de várias coisas em vários sítios, eu fiquei apaixonada por esse trabalho. Era a apresentação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projecto *Cidadania e Sustentabilidades para o séc. XXI. Caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores*, coordenado pelo Conselho Nacional de Educação.

Não sei se sou otimista ou pessimista, nem interessa. Só sei que nesse momento e neste momento considero que é altamente positivo o trabalho que tem sido feito. Eu raramente vi grupos de professores tão interessados pelo trabalho que estavam a desenvolver e a reciprocidade dos gaiatos, uns que já namoravam, outros que ainda não, mas para lá caminhavam, tão empenhados nestas matérias.

Maria Emília Brederode Santos - Muito obrigada professora Raquel Soeiro de Brito, muito obrigada também pela sua presença. E vou então dar a palavra às pessoas da mesa que queiram comentar algumas das intervenções.

Inês Rosa - Posso pegar só numa questão que foi levantada em relação à agricultura. É justamente um dos temas, julgo eu, em que se percebe bem a ligação entre a dimensão nacional e a dimensão global. Ou

⁷ Vice-Presidente da Academia da Marinha

seja, não conseguimos hoje em dia viver mais com a ilusão de que Portugal ou mesmo a União Europeia é assim uma zona de segurança na qual vivemos todos muito bem. O mundo é de facto um mundo global. E ao nível da agricultura e da segurança alimentar isso é extremamente visível. Mas é também assim numa série de outros temas que afetam os portugueses como afetam todo o mundo. As alterações climáticas, as migrações, as enormes pandemias, a SIDA, as doenças infecciosas. E portanto nós não conseguimos hoje em dia tratar só do problema local.

É óbvio que as soluções têm de ser locais e têm de ser trabalhadas localmente, mas temos de ter em atenção que a dimensão é uma dimensão global. Era só isto que eu queria dizer. Obrigada.

Luísa Schmidt - Tudo aquilo que foi aqui dito é tão rico que, de facto, mostra como as pessoas precisam de falar mais umas com as outras, como dizia o Jorge Massada. Há muito para responder, mas começando pelo doutor Ponces de Carvalho sobre a questão da Parque Escolar: existe um vício ou síndrome persistente em Portugal que se chama “oito e o oitenta”. Em geral deixa-se andar e abandalhar tudo até ao limite e, de repente, tornamo-nos “mais papistas que o papa”, e pretendemos ter a legislação mais exigente do mundo, o que cria, entre outras coisas, alçapões muito perigosos... Foi isso que aconteceu com a reconstrução das escolas, uma medida extremamente importante para o país – dado o estado lamentável de grande parte do parque escolar – mas que deveria ter evitado um regulamento que chega ao absurdo de usar e abusar dos sistemas de ar condicionado, tornando esse aspeto quase suspeito: para quê, num clima como o nosso tanta ventilação artificial? Faço parte de uma equipa que tem um projeto de investigação em curso numa escola de Lisboa – Net Zero School Energy – em que um dos objetivos é demonstrar por onde passa o conforto térmico e a eficiência energética. Pode ser que traga alguma clarividência a este assunto.

De qualquer modo, julgo que o Conselho Nacional de Educação deveria ter sido consultado pela Parque Escolar e acompanhado este importante processo de renovação das escolas, que foi (e é) uma excelente

oportunidade de melhorar as infraestruturas escolares e por isso deveria ter sido feito da melhor forma possível, com bom-senso, inteligência ambiental, energética e sentido das proporções, evitando desperdícios e gastos excessivos.

Mas muito mais grave foi o que aconteceu com os estádios no Euro 2004: além de serem muitos, construíram-se sem nenhum cuidado em termos ambientais e energéticos, e hoje não há capacidade de os sustentar; sendo que alguns vão ter que ser demolidos.

Devíamos estar empenhados em que certas decisões estruturantes não hipotecassem o futuro das novas gerações. O caso das estradas e auto-estradas inúteis é o mais escandaloso. O primeiro passo para a sustentabilidade é evitar que as insustentabilidades continuem...

- Quanto à questão sobre a importância da disciplina de História é absolutamente incontornável e nem deveria ser discutida: claro que é fundamental que a História continue nos *curricula* tal como a Filosofia; não há futuro sem passado e portanto está tudo dito. Por outro lado, as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável deveriam estar presentes em todas as disciplinas e não apenas nas Ciências Naturais.

- Sobre as redes sociais, claro que têm um potencial enorme e crescente. Assistimos a fenómenos como o “Vamos Limpar Portugal” que de repente mobiliza 100 mil portugueses que limpam o que outros tantos andam a sujar. Esta vontade de intervir tem que ser aproveitada, tal como as pessoas têm que ser mais ouvidas. Numa sociedade historicamente marcada pelo esquecimento e pela humilhação, é importantíssimo reforçar, a todas as escalas, os mecanismos de informação, comunicação e participação.

- Sobre as ações concretas e o potencial de mudança, outra ideia que fica deste debate é que os projetos são o “processo” ou os “processos”. Não vale a pena continuar, como dizia um dos autores da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, a fazer ‘documentos muito elegantes’ que depois não servem para nada. Por isso, o apoio a projetos concretos é o fundamental, como acontece com o Projeto Rios, que só por si desempenha

um papel crucial, mas seria ainda mais importante se tivesse uma ligação à Agência Portuguesa do Ambiente e também às universidades para validar os dados e assegurar a sua continuidade e capacidade de resiliência pública e política.

A Agenda 21 faz parte dos processos de mudança que, entre várias outras coisas úteis, contribuem para a capacitação das pessoas e estas, uma vez capacitadas, pressionam as instituições a mudar. Claro que não é fácil, mas nós estamos aqui para o difícil.

Maria Emília Brederode Santos - Muito obrigada a todos.